

Governo de Minas autoriza a realização de concurso público para 321 vagas para professor na Unimontes

Qua 21 fevereiro

O [Governo de Minas](#) autorizou a [Universidade Estadual de Montes Claros \(Unimontes\)](#) a realizar um novo concurso público para a contratação de 321 professores de nível superior em diversas áreas do conhecimento.

“Este governo preza pela educação, a população mineira e a comunidade acadêmica serão beneficiadas com a abertura das novas vagas em várias áreas”, afirma o secretário de [Estado de Governo \(Segov\)](#), Gustavo Valadares.

A realização do concurso público para professor da Unimontes foi autorizada pela [Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão \(Seplag-MG\)](#), por meio do Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin), em atendimento à demanda apresentada pela universidade. "Com esse concurso, mantemos o nosso compromisso de sempre atuar para melhorar a prestação de serviços para os cidadãos, tanto na educação quanto nas demais áreas, sempre ouvindo os servidores e seus representantes e valorizando o serviço público", complementa a secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Luísa Barreto.

Impacto acadêmico

O último concurso para professor de nível superior da Unimontes havia sido autorizado em 2014, homologado em 2015, com o processo seletivo sendo concluído em 2019, com o preenchimento de 468 vagas.

O reitor da Unimontes, professor Wagner de Paulo Santiago, comemorou o anúncio, feito em audiência na Cidade Administrativa de Minas Gerais, na última quinta-feira (15/2). “É um feito histórico para a nossa universidade, beneficiando enormemente a comunidade acadêmica e a população da área de abrangência da instituição. Com a realização do novo concurso público, poderemos atender as demandas de todos os nossos departamentos e cursos, melhorando de forma significativa as atividades de ensino, pesquisa e extensão”, afirmou.

Ele ressalta que, a partir de agora, serão adotadas as medidas para elaboração dos editais do concurso pela Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH) e pela Comissão Especial Permanente, responsável pelas atividades relativas aos concursos públicos, com ampla participação da comunidade acadêmica, por meio dos departamentos.

A perspectiva é que os editais sejam divulgados ainda no primeiro semestre de 2024, seguindo as demandas dos departamentos da universidade.

Para o vice-reitor da instituição e presidente da Comissão Especial Permanente, professor Dalton Caldeira Rocha, o concurso público visa a garantia de direitos ao professor, possibilitando a

tranquilidade para que ele possa ministrar as aulas de maneira mais confortável. “Também vai permitir que o professor possa investir na melhoria de sua carreira acadêmica, por meio de cursos de mestrado e doutorado e do desenvolvimento de pesquisas, e tudo isso é revertido em benefício dos alunos e da sociedade em geral”, avalia.